

Derrubada de Jango mudou rumo da economia

Leonardo Attuch e Adriana Chiarini

No dia 31 de março de 1964, há quase 30 anos, os militares tomavam de assalto o poder. João Goulart, então presidente, debandava para o Uruguai, levando na mala suas “reformas de base”, que incluíam redistribuição de renda e redivisão agrária. A tempestade política que se abateu sobre o Brasil, com cassações de parlamentares — entre os quais Leonel Brizola e Juscelino Kubitschek —, censura e outras arbitrariedades, possibilitou uma guinada de 180 graus na economia brasileira. O comando das finanças nacionais passou às mãos da dobradinha Octávio Bulhões e Roberto Campos, hoje deputado federal (PPR-RJ). Essa foi, segundo Delfim Netto (PPR-SP), a verdadeira “revolução” de 1964.

Trinta anos passados, Campos, que foi ministro do Planejamento de 1964 a 1967, no governo Castello Branco, se considera vingado. “Os adversários que me chamavam de herege hoje me consideram um profeta”. A esquerda, na sua opinião, endireitou. Campos, porém, é um radical. “Fernando Henrique Cardoso e eu estamos mais próximos ideologicamente do que há 30 anos, mas isso não quer dizer que ele seja um liberal”, diz. “O PSDB tem vergonha de assumir a economia de mercado”, afirma.

Em 1964, a economia brasileira

era a 43ª no ranking do mundo desenvolvido. Em 1985, os militares devolviam o poder aos civis ostentando orgulhosamente a medalha de oitava economia do planeta. No fim do ano passado, constata-se o regresso. O Brasil ficara para trás e ocupava a 11ª posição. O crescimento, segundo Campos, é o grande legado do regime de 1964.

Mas nem tudo são flores. Deixando de lado as mortes, os exílios e as torturas,

“O que o FHC aprendeu em nove meses de governo é algo extraordinário”

mesmo no campo econômico há alguns poréns. Em 1960, os 80% mais pobres da população brasileira detinham 45,52% da riqueza nacional. Em 1970, mesmo com o “milagre”, a participação dos pobres na divisão da riqueza caiu para 36,92%. Pelas contas do Banco Mundial (Bird), a distribuição de renda no Brasil é das piores do mundo. Em 1968 a 1974, a economia cresceu a uma média superior a 10% anuais.

O economista Mário Henrique Simonsen, que serviu ao regime no período Geisel, tinha um argumento curioso na época. “Os pobres também enriquecem, embora proporcionalmente menos que

os ricos”, afirmara o economista. Seus adversários, os distributivistas — entre os quais estavam, na época, FHC, Edmar Bacha e Celso Furtado —, eram tachados por Simonsen de “hippies da economia”. Delfim Netto, que também jogou em todas as posições durante a ditadura, concorda com Simonsen. “Os pobres consumiam mais e melhor durante o regime militar”. Outra herança ingrata do período pós-64 foi o endividamento. A dívida externa que, logo antes do golpe, era de US\$ 2,9 bilhões bate a casa, em 1994, dos US\$ 130 bilhões. Nesses 30 anos, houve 11 cartas de intenção — não cumpridas — entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI). No próximo dia 15, será assinado o acordo que pode pôr fim à crise de financiamento externo. “O Fernando Henrique precisou de 30 anos para entender que a dívida externa não é um problema em si”, diz Delfim. “O que ele aprendeu em nove meses de governo é algo extraordinário”. O deputado José Serra (PSDB-SP), presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1964 e que, segundo Delfim, também teria aprendido algumas lições, não gosta de comentar o período.

Quase um mês após o golpe, no dia 24 de abril, era aprovada na Câmara reformulada uma nova tabela de vencimentos dos militares.

FOTOS: ARQUIVO



Com o poder das armas, os militares criaram uma infra-estrutura moderna e aumentaram a dívida externa